

Leia o texto para responder às questões de números 1 e 2:

A atividade no ambiente virtual vem se configurando como um dos principais veículos da comunicação pública dos Tribunais de Contas (TCs) e dos Ministérios Públicos (MPs), que ocorre não apenas em suas páginas oficiais na rede mundial de computadores, mas, especialmente, nas redes sociais. As três redes *Facebook*, *Twitter* e *Instagram* estão presentes em mais de 90% dos TCs e MPs.

Entre os MPs, destacamos o Ministério Público Federal (MPF), que concentra mais da metade dos seguidores do *Twitter* de todo o MP brasileiro. No agregado (soma das três redes sociais), essa instituição concentra aproximadamente 44% de todos os seguidores dos MPs no país. Apenas o Tribunal de Contas da União tem uma quantidade expressiva de seguidores nas redes sociais entre os TCs. Ainda assim, somados todos os seguidores de todos os TCs, o resultado equivale a um quarto, ou 25%, dos seguidores dos MPs.

Em relação à atuação nas redes sociais, o *Twitter* é a rede social com a maior quantidade de postagens entre os TCs e os MPs. As postagens dos MPs são o dobro das dos TCs (232.882 e 119.258, respectivamente, em 2021), o que demonstra, novamente, maior atividade dos Ministérios Públicos na utilização das redes sociais como canais de comunicação institucional.

(VIEGAS, R. R.; ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. R. G.; TEIXEIRA, M. A. C.; BORALI, N. A comunicação dos Tribunais de Contas e Ministérios Públicos nas redes sociais: os desafios da accountability na democracia digital. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, RJ, v. 56, n. 3, p. 324–348, 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/85834>. Acesso em: 13 set. 2022. Adaptado)

Descrição (opcional)

1. De acordo com o texto, é possível concluir que: 1 pontos

- a) Os Tribunais de Contas brasileiros não dispõem de páginas oficiais na rede mundial de computadores, apenas utilizam as redes sociais como veículo de comunicação pública institucional.
- b) O total dos seguidores do *Twitter* de todos os Ministérios Públicos brasileiros equivale ao dobro dos que seguem os Tribunais de Contas nas três redes sociais.
- c) O Ministério Público Federal concentra no *Facebook*, *Twitter* e *Instagram* cerca de 44% de todos os seguidores dos Ministérios Públicos no Brasil.
- d) A quantidade de seguidores do Tribunal de Contas da União equivale a 25% dos seguidores dos MPs brasileiros.
- e) Em 2021, o *Twitter* foi o canal de comunicação preferencial dos Ministérios Públicos, cujas postagens totalizaram 119.258.

2. A pontuação encontra-se em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa em: 1 pontos

- a) A comunicação pública dos Tribunais de Contas (TCs) e dos Ministérios Públicos (MPs), ocorre não apenas em suas páginas oficiais na rede mundial de computadores, mas especialmente nas redes sociais.
- b) A quantidade de postagens dos Ministérios Públicos demonstra novamente, a maior atividade dos MPS na utilização das redes sociais como canais de comunicação institucional.
- c) As postagens dos MPs são o dobro, das dos TCs (232.882 e 119.258, respectivamente, em 2021).
- d) As três redes sociais que, estão presentes em mais de 90% dos TCs e MPs são: *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*.
- e) No agregado – soma das três redes sociais –, essa instituição concentra, aproximadamente, 44% de todos os seguidores dos MPs no país.

3. Assinale a frase em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal e nominal:

1 pontos

- a) Desde o início deste século, constatam-se o crescimento do interesse por inovações no ensino superior no Brasil. Neste tempo, o aluno que chega à universidade se apresenta como um "homo zappiens", conectados a inúmeros grupos de WhatsApp, Facebook, Instagram e outros, criando com seus aparelhos eletrônicos concorrência com o professor em sala de aula.
- b) Fenômeno como a sociedade do conhecimento, segundo alguns, ou da aprendizagem, segundo outros; o surgimento e desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs); a globalização e internacionalização; o intercâmbio e a construção das redes de conhecimento desafia a produção e a socialização do conhecimento em nossos dias.
- c) Há alguns anos no Brasil, encontramos em todas as regiões Instituições de Ensino Superior (IES) que vem organizando programas de formação pedagógica continuada para o seu corpo docente.
- d) Pesquisa interdisciplinar, ação interprofissional e disciplinas integradas por projetos são iniciativas que incentivam professores a trabalhar em equipe com seus pares e alunos.
- e) O projeto pedagógico exerce um grande papel nessa integração. Sua construção, planejamento, execução e avaliação requer um trabalho em equipe de gestores e professores.

☑ Seleccione as respostas corretas:

4. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho a seguir, de acordo com a norma-padrão.

A fauna do Brasil é muito rica em insetos, répteis, aves, peixes e pequenos quadrúpedes. São formas características ____ emas, os papagaios, os beija-flores, os desdentados, os marsúpios, os macacos platinirinos.

Na baixada litorânea, ____ muitas formas de moluscos, peixes e aves comuns ao Atlântico do Sul; o colorido de alguns por tal modo se assemelha ____ areia que custa descobri-los em repouso.

1 pontos

A fauna da mata apresenta, ao contrário, o colorido mais vistoso, principalmente nas borboletas, que ____ vezes atingem tamanho enorme, e nas aves. A maior parte das espécies adaptou-se ____ vida arbórea e algumas, como a arcaica preguiça, vão desaparecendo com as derrubadas.

(ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. [1907] Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000062.pdf>. Acesso em: 16 set. 2022.)

- a) as - há - a - às - a
- b) as - há - à - às - à
- c) as - as - à - as - à
- d) às - as - a - às - à
- e) das - há - à - as - a

📄 Adicionar feedback da resposta

Concluído

5. Leia o trecho abaixo:

Um decreto de 18 de julho de 1841 concedeu aos membros do senado o tratamento de Excelência, acrescentando: "e por ele (tratamento) se fale e se escreva aos atuais senadores e aos que daqui em diante exercerem o dito lugar". Aos deputados foi dado por decreto da mesma data o tratamento de Senhoria, mas limitado aos que assistiram à coroação do finado imperador. O tratamento era pessoal; embora sobrevivesse ao cargo, não passava dos agraciados.

1 pontos

(ASSIS, Machado de. *A Semana*, **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 15 jan. 1893. Disponível em <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/26-chronica> Acesso em: 17 set. 2022.)

As conjunções em destaque no trecho introduzem, respectivamente, orações:

- a) adversativa - concessiva
- b) concessiva - consecutiva
- c) alternativa - explicativa
- d) condicional - conformativa
- e) comparativa - adversativa

6. Considerando-se o estudo desenvolvido pela SBDP/FGV-SP Direito, sobre a aplicação dos dispositivos da LINDB (Lei nº 13.655/2018) pelo TCU em seus dois primeiros anos de vigência, não se pode afirmar que:

1 pontos

Ref: SUMÁRIO – SBDP/FGV – LINDB e TCU

- a) A pesquisa empírica se voltou ao estudo de acórdãos do Tribunal de Contas da União que contivessem menção aos artigos inseridos na LINDB pela Lei nº 13.655/2018 (artigos 20 a 30), a partir de recorte temporal e temático.
- b) Parte dos artigos inseridos pela Lei nº 13.655/2018 não foi analisada por não constarem do recorte de acórdãos feito na pesquisa.
- c) Pela análise do estudo, depreende-se que o art. 28 da LINDB tem sido mencionado nos acórdãos, em maior parte, para fundamentar a condenação de agentes públicos.
- d) Pela análise do estudo, depreende-se que o art. 22 da LINDB tem sido utilizado majoritariamente para dosimetria das sanções aplicadas.
- e) Pela análise do estudo, depreende-se que o art. 26 da LINDB tem sido mencionado nos acórdãos, em maior parte, para o afastamento de sanções aplicáveis a agentes públicos.

7. De acordo com as conclusões alcançadas pelo estudo desenvolvido pela SBDP/FGV-SP Direito, analise as afirmações abaixo:

Ref: SUMÁRIO – SBDP/FGV – LINDB e TCU

I. De modo geral, os elementos subjetivos da conduta e as circunstâncias concretas dos agentes têm sido incorporados na determinação de comportamentos passíveis de sanção pelo TCU.

1 pontos

II. A edição de Resolução que racionaliza determinações e recomendações do TCU é exemplo positivo de aplicação da LINDB.

III. A exclusão da análise de erro grosseiro quando há dano ao erário é demonstração de interpretação restritiva da LINDB.

IV. Há dois planos de propostas para maior segurança jurídica dos administrados: um relativo à Jurisprudência e outro relativo à Organização Administrativa e Regulamentar do TCU.

- a) I, II e III estão corretas.
- b) I, III e IV estão corretas.
- c) II, III e IV estão corretas.
- d) I, II e IV estão corretas.
- e) Todas estão corretas.

8. No texto "Empresas estatais entre serviços públicos e atividades econômicas", sobre as fases históricas das empresas estatais sob o viés da economia política, é correto afirmar que:

1 pontos

Ref: "Empresas Estatais entre serviços públicos e atividades econômicas" Diogo Coutinho, Clarissa Mesquisa e Maria Virginia Nasser

- a) As primeiras estatais surgem em contexto de nacionalização e de estatização em países periféricos, sendo que os países ditos centrais (europeus e norte-americanos) não passaram por esse período.
- b) O surgimento das estatais de conformação capitalista pode ser analisado sob os aspectos político-ideológicos (alteração da distribuição de poder na sociedade), econômico (esforços armamentistas em setores como siderurgia e combustíveis) e social (políticas welfaristas), aplicados aos contextos pós-Primeira e Segunda Guerras Mundiais.
- c) Nas décadas de 1980-1990, da ascensão do chamado neoliberalismo, preponderaram os processos de estatização de empresas privadas.
- d) Dentre o receituário de austeridade fiscal proposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), não constavam recomendações de privatizações de empresas estatais.
- e) Após a crise financeira de 2008, foi reafirmado o pacto de não intervenção econômica do Estado em atividades empresariais, como os exemplos do Nothern Rock Bank, do Royal Bank of Scotland e da General Motors.

9. Quanto à criação e à manutenção de empresas estatais pelo Estado Brasileiro, segundo o texto "Empresas estatais entre serviços públicos e atividades econômicas", não se pode afirmar que: 1 pontos

- a) As empresas estatais surgem como forma de suprir "espaços vazios", lacunas deixadas pelo mercado em projetos de infraestrutura e industrialização.
- b) Por meio das estatais, o Estado Brasileiro realizou investimentos importantes caracterizados pelo longo prazo de maturação, retorno incerto e baixa rentabilidade, constituindo-as em instrumentos de política industrial.
- c) O 2º Plano Nacional de Desenvolvimento, da década de 1970, propulsionou as empresas estatais em mais setores, tais como a indústria de química pesada, aeronáutica e nuclear.
- d) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não desempenhou função financiadora das políticas de privatização de empresas estatais no Brasil.
- e) Para garantir andamento aos projetos de privatização de empresas estatais no Brasil, a Constituição Federal de 1988 foi emendada para assegurar a quebra de monopólio público de exploração de certas atividades, tais como setores de gás, petróleo e telecomunicações.

10. Conforme explica o texto "Empresas estatais entre serviços públicos e atividades econômicas", sobre o regime jurídico das empresas estatais no Brasil, pode-se afirmar que: 1 pontos

- a) A distinção entre empresas estatais prestadoras de serviços públicos e empresas estatais exploradoras de atividades econômicas em sentido estrito é uma distinção legal, advinda da Lei das Sociedades Anônimas (1976).
- b) O Supremo Tribunal Federal (STF), em sua Jurisprudência, opta por não se manifestar sobre o regime jurídico das empresas estatais.
- c) A extensão de prerrogativas tais como a imunidade tributária e a impenhorabilidade de bens conferida a certas empresas estatais não têm impacto jurídico na sua atuação enquanto agentes econômicos.
- d) A Lei nº 13.303/2016 perpetua os problemas da dicotomia entre empresas estatais prestadoras de serviço público e exploradoras de atividades econômicas em sentido estrito por não mencionar expressamente a nomenclatura
- e) Tanto a legislação quanto a Jurisprudência deveriam se atentar à possibilidade de coexistência da prestação de serviços públicos e da exploração de atividades econômicas em sentido estrito por uma mesma empresa estatal.

11. Correspondem aos princípios expressos da Administração Pública na Constituição Federal vigente, dentre outros: 1 pontos

- a) Legalidade, moralidade, dignidade, eficiência, supremacia do interesse público sobre o particular.
- b) Legalidade, impunidade, moralidade, publicidade, eficiência.
- c) Legalidade, impunidade, moralidade, publicidade, eficácia.
- d) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência.
- e) Legalidade, impessoalidade, moralidade, supremacia do interesse público sobre particular, eficiência.

12. Julgue os itens abaixo, segundo:

I - Compete ao Poder Judiciário o planejamento e a execução das políticas públicas, assim como o controle jurisdicional de eventuais abusos praticados pelo administrador público que ignore o princípio constitucional da eficiência.

1 pontos

II - Em regra, será defeso ao Poder Judiciário apreciar o mérito do ato administrativo, cabendo-lhe examiná-lo sob o aspecto de sua constitucionalidade, legalidade e moralidade.

III - A teoria dos motivos determinantes tem ampla aceitação nos tribunais superiores.

- a) Os itens I e II estão corretos.
- b) Os itens I e III estão corretos.
- c) Os itens II e III estão corretos.
- d) Apenas o item III está correto.
- e) Todos os itens estão corretos.

13. A fim de garantir maior qualidade na atividade pública e na prestação dos serviços públicos, em 1998 foi acrescentado expressamente aos princípios constitucionais da Administração o princípio da:

1 pontos

- a) supremacia do interesse público sobre o particular
- b) indisponibilidade do interesse público
- c) eficiência
- d) eficácia
- e) NDA.

14. Analise as afirmações a seguir:

I - O princípio da legalidade nasceu junto com o princípio da separação de poderes e da isonomia.

II - A constitucionalização do direito administrativo brasileiro ampliou o princípio da legalidade e reduziu a discricionariedade administrativa.

1 pontos

III - São exemplos de mérito administrativo a revogação de ato discricionário e precário, como a autorização de bem público; e a alteração e a rescisão unilaterais de contratos administrativo.

- a) Os itens I e II estão corretos.
- b) Os itens I, II e III estão corretos.
- c) Os itens I e III estão corretos
- d) O item I está incorreto.
- e) Os itens I, II e III estão incorretos.

15. Para o jurista Celso Antônio Bandeira de Mello, quais são os princípios que constituem os pilares do regime jurídico-administrativo ?

1 pontos

- a) legalidade e indisponibilidade dos interesses públicos
- b) legalidade e eficiência
- c) legalidade e separação dos poderes
- d) supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade dos interesses públicos
- e) supremacia do interesse público sobre o privado e legalidade

16. A requisição de serviço, tal como, a convocação de mesários para eleição, constitui prerrogativa conferida à Administração Pública em decorrência do princípio:

1 pontos

- a) da legalidade
- b) de império
- c) da participação popular
- d) da supremacia do interesse público sobre o privado
- e) da cidadania

17. O Prefeito da cidade XYZ entregou área pública municipal para empresa de seu compadre, sem licitação e a preço irrisório como contrapartida. Coube ao Ministério Público ingressar com uma ação civil pública para anular a cessão do terreno público e responsabilizar os envolvidos. Segundo o Promotor de Justiça o Prefeito e o empresário beneficiado incorreram em ato de improbidade administrativa ao privilegiar o interesse pessoal em detrimento ao interesse público, violando, dentre outros, os seguintes princípios da Administração Pública:

1 pontos

- a) Da irrisoriedade, da legalidade e moralidade.
- b) Da indisponibilidade do interesse público, da irrisoriedade e moralidade.
- c) Da supremacia do interesse público, da impessoalidade e legalidade.
- d) Da legalidade, impessoalidade e disponibilidade justificada.
- e) NDA.

18. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. REQUERIMENTO DE CÓPIAS DE PROCESSO ADMINISTRATIVO. MORA DA ADMINISTRAÇÃO. PRINCÍPIO DA ____ NÃO OBSERVADO.

1. Verifica-se que o impetrante requereu o desarquivamento em 27.11.2071 e quando das informações fornecidas pela impetrada, em 09.02.2019, o processo administrativo ainda não tinha sido desarquivado, sendo disponibilizado somente em 25.04.2019. 2 Consta do sítio da Receita Federal que "A depender do teor do processo a entrega da cópia poderá ser efetuada imediatamente ou no prazo de até 05 dias úteis." 3. O presente caso revela inércia injustificada da autoridade competente, em desarmonia com o disposto no artigo 37, da Constituição Federal, que determina que a Administração Pública obedecerá o princípio da ____.

4. Ora, a mora da Administração Fiscal em fornecer as cópias ao impetrante pode trazer-lhe prejuízos, bem como fere o princípio da ____ que impõe ao agente público a realização de suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional, para que o atendimento ao administrado seja satisfatório. 5 Remessa oficial desprovida, TRF-3 – REMESSA NECESSÁRIA CIVEL 50004962520184036100 SP

1 pontos

A qual princípio da Administração Pública a Ementa está se referindo ?

- a) Legalidade.
- b) Efetividade
- c) Eficácia
- d) Eficiência
- e) Moralidade

19. RECURSO ADMINISTRATIVO. PRELIMINAR DE NULIDADE DA DECISÃO ADMINISTRATIVA – TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES. O Exmo. Ministro Presidente desta Corte indeferiu o pedido de afastamento para participação em programa de pós-graduação stricto sensu no exterior, tendo em vista não estar presente nos autos o interesse da administração, consoante informação da Secretaria de Gestão de Pessoas. Vale, lembrar que no Poder discricionário, o administrador, não obstante subordinado à lei, tem liberdade de atuar de acordo com um juízo de conveniência e oportunidade, podendo escolher a conduta, dentre as previstas por lei, mais condizente com a satisfação do interesse público. O núcleo desse Poder Discricionário é denominado mérito administrativo, o qual, desde que observadas a razoabilidade e proporcionalidade, não sofre controle. Portanto, não há que se falar em nulidade da decisão recorrida em razão da teoria dos motivos determinantes, haja vista que a ausência do interesse desta Administração em conceder o pretendido afastamento encontra amparo nos elementos que podem ser extraídos do parecer da Secretaria da Gestão de Pessoas desta Corte. Preliminar rejeitada. AFASTAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU NO EXTERIOR – AUSÊNCIA DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO. O interesse da Administração não se afere pela mera correspondência entre o curso e as atividades desenvolvidas pelo requerente, mas si pela necessidade evidenciada pelo Tribunal pela sua política interna de desenvolvimento de pessoas. Isso porque cada órgão da administração pública detém autonomia regulamentar e financeira para estabelecer programas de capacitação e treinamento de seus respectivos funcionários. Ademais, como asseverado pela Assessoria de Legislação de Pessoal desta Corte, em seu parecer, no âmbito deste Tribunal, a Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas promove inúmeros cursos de educação e aprimoramento profissional, ministrados interna e externamente, sem necessidade de o servidor afastar-se das atribuições do seu cargo efetivo, ou mediante compensação de horários. Recurso administrativo desprovido. TST – RecAdm 688616720105000000 (TST)

1 pontos

De acordo com o entendimento de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, assinale a alternativa incorreta:

- a) O exame do mérito Poder Judiciário caracteriza infringência ao princípio da legalidade que permanece imutável desde o seu nascimento com o Estado de Direito.
- b) A fase atual do direito brasileiro caracteriza-se pela valorização dos direitos fundamentais, e pela atribuição, aos princípios e valores previstos na Constituição, de papel orientador das três funções do Estado.
- c) Constituem elementos do ato administrativo: sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade.
- d) Em decorrência do exame, pelo Poder Judiciário, dos conceitos jurídicos indeterminados, reduziu-se o conteúdo do mérito do ato administrativo.
- e) A constitucionalização do direito administrativo brasileiro sempre existiu em praticamente todas as Constituições e vem crescendo, especialmente por força de Emendas à Constituição.

20. Antônio ingressou com ação para anular quatro questões objetivas da prova aplicada no concurso para o cargo de Procurador da Fazenda Nacional, em razão de suposta ilegalidade da banca examinadora do certame. Na sentença o magistrado de 1º grau concluiu pela existência de mais de uma resposta certa ou errada nas questões examinadas, substituindo os critérios da banca pelos seus próprios critérios de correção. A União interpôs apelação, a qual foi provida pelo Tribunal Regional Federal, consignando que o caso dos autos demonstra clara invasão do Judiciário na seara discricionária da banca examinadora, inexistindo qualquer ilegalidade ou ofensa às regras editalícias que justifique a interferência do Poder Judiciário. EDcl no AgInt no REsp 1862460/ES, EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL 2020/0039297-0

1 pontos

A situação acima se refere:

- a) Ao poder de tutela do Judiciário
- b) À irrecorribilidade das decisões judiciais
- c) A força definitiva das decisões judiciais
- d) Mérito administrativo
- e) NDA

21. Assinale a alternativa incorreta. Os princípios constitucionais previstos no art. 37 da CF/88 impõem: 1 pontos

- a) O condicionamento da ação administrativa à prévia existência de lei que a autorize.
- b) A complexificação dos procedimentos administrativos a despeito de critérios de eficiência.
- c) A imposição de padrões de conduta aos agentes públicos visando à realização do interesse público.
- d) A imparcialidade da atuação administrativa e a igualdade de acesso ao estado.
- e) A otimização dos mecanismos de transparência.

22. Assinale a única alternativa incorreta. São modalidades de controle dos atos administrativos: 1 pontos

- a) O controle interno.
- b) O controle externo.
- c) O controle social.
- d) O controle discricionário.
- e) O controle jurisdicional dos atos administrativos.

23. A Constituição Federal de 1988 determinou um novo paradigma jurídico com profundas implicações para a relação entre estado, indivíduo e sociedade. São todos elementos deste paradigma, exceto: 1 pontos

- a) A pretensão em se ampliar a participação da sociedade civil no processo de tomada de decisões.
- b) A proporcionalidade e a razoabilidade da conduta administrativa.
- c) O acesso à informação, salvo exceções expressas.
- d) Os direitos fundamentais prestacionais.
- e) A disponibilidade do interesse público.

...

24. Assinale a alternativa incorreta. O conceito de administração pública participativa é caracterizado por: 1 pontos

- a) Atribuir ao cidadão importante papel na gestão da coisa pública.
- b) Prever institutos de caráter deliberativo ou consultivo, como meios para tornar efetiva a democracia administrativa.
- c) Almejar uma administração pública dialógica, aberta aos influxos e colaboração da sociedade.
- d) Procurar um decréscimo da intervenção direta ou indireta do cidadão na administração pública enquanto estratégia de legitimação político-democrática.
- e) Prever a participação popular na Administração Pública ou participação administrativa, o que pode ser compreendido como a possibilidade de intervenção direta ou indireta do cidadão na gestão da Administração Pública.

25. Assinale a alternativa incorreta

1 pontos

- a) É possível argumentar que, atualmente, a Administração Pública deveria estar vinculada a uma nova técnica de legitimação de sua atuação, qual seja, o procedimento ou processualidade administrativa.
- b) O princípio jurídico constitucional da publicidade é o fundamento principal da adoção de políticas de transparência no âmbito da administração pública, resultando no direito de participação dos administrados no processo de tomada de decisão administrativa.
- c) A cidadania se resume na possibilidade de manifestar-se, periodicamente, por meio de eleições para o legislativo e para o executivo.
- d) A participação no âmbito da administração pública - que caracteriza a democracia participativa - é defendida por alguns enquanto autêntico princípio implícito do ordenamento constitucional brasileiro.
- e) Os conceitos de "participação administrativa" e "administração pública dialógica" podem ser relacionados.

:::

26. Assinale a alternativa incorreta:

1 pontos

- a) Os Tribunais de Contas não são órgãos autônomos, pois submetidos ao Poder Legislativo.
- b) Aos Tribunais de Contas compete fiscalizar a aplicação dos recursos em ações e serviços de saúdes pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal, conforme o disposto no art. 195 da Constituição Federal.
- c) O Tribunal de Contas possui a incumbência da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública.
- d) Cabe aos Tribunais de Contas julgar as contas dos administradores e dos demais responsáveis por dinheiros e valores públicos.
- e) As metas previstas nas leis de diretrizes orçamentarias são objetos legítimos de controle pelos Tribunais de Contas competentes.

27. Assinale a alternativa correta:

1 pontos

- a) O campo das Políticas Públicas não deve ser objeto de Interesse para o Direito, sobretudo em razão da tripartição dos poderes.
- b) O Direito Administrativo é, historicamente, uma das primeiras subdivisões do conhecimento jurídico; seu desenvolvimento data já da segunda metade do século XVI, quando a doutrina jurídica passou a analisar as funções do Estado.
- c) Um dos fundamentos das políticas públicas é a existência de direitos que demandam concretização por meio de prestações positivas do Estado.
- d) O advento do Estado social - no qual passam a ter expressão os direitos dos grupos sociais e uma série de políticas sociais nas áreas da saúde, seguridade e habitação, por exemplo - não implica em uma alteração, decréscimo ou acréscimo das funções que eram atribuídas ao Estado liberal clássico.
- e) Políticas Públicas que não se fundam na realização imediata de direitos sociais são irrelevantes para o campo de estudo do Direito Público.

28. Assinale a única alternativa incorreta dentre as apresentadas:

1 pontos

- a) As políticas públicas, isto é, a coordenação dos meios à disposição do Estado, são um objeto de investigação relevante para os estudiosos do direito público, em sentido lato.
- b) O direito administrativo se ocupa do estudo da instituição estatal, em sua vertente executiva, incumbindo-se da racionalização formal do exercício do poder pelo Estado.
- c) Ramos jurídicos tais como os direitos econômico, urbanístico, ambiental, agrário, sanitário, todos ligados, embora não exclusivamente, ao estudo da ação governamental sobre a vida privada, impõem desafios não desprezíveis à ciência do direito administrativo.
- d) A fixação do conceito de "Serviço Público" é unânime, não havendo controvérsias doutrinárias relevantes, dado que atividade elementar do estado.
- e) Políticas que se traduzem em programas de ação, em sentido estrito, podem ser detalhadas e minudenciadas por meio de formas normativas infralegais, como decretos, portarias ou resoluções, resultados da atividade regulamentar do Poder Executivo.

29. São todas as afirmações seguintes convergentes com o exposto no artigo "Políticas Públicas e Direito Administrativo" (BUCCI, 1997), exceto uma. Assinale justamente a afirmação que não está de acordo com o que foi afirmado no artigo destacado: 1 pontos

- a) É cada vez mais comum, em todos os países, o entendimento de que governar não significa tão-só a administração do presente, isto é, a gestão de fatos conjunturais, mas também o planejamento do futuro, pelo estabelecimento de políticas de médio e longo prazo
- b) Programas de ação e programa de governo deveriam ser sempre e necessariamente impostos pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo, em virtude de sua imediatidade e duração de curto prazo.
- c) A teoria política por vezes determina a função formadora do direito enquanto competência exclusiva do Poder Legislativo, sede da representação popular. Em matéria de políticas públicas, o acerto dessa visão se confirma em relação aos programas de longo prazo, cuja realização ultrapasse a duração de um governo.
- d) O exercício de funções normativas pelo Poder Executivo é noção que se encontra numa zona cinzenta, devido à necessidade crescente de instrumentos para uma ação ágil do governo. Dessa necessidade surgiu o instrumento da medida provisória, por exemplo, cuja aplicação é origem de muita controvérsia.
- e) Uma razão possível para que administrativistas estudem o campo das políticas públicas: em muitos casos, o sucesso de uma política pública está intimamente relacionado com a qualidade do processo administrativo que precede sua realização e implementação.

...

30. Assinale a alternativa incorreta: 1 pontos

- a) O processo de construção das Políticas Públicas deve estar inserido no contexto democrático e deve consubstanciar não apenas o princípio da eficiência, como também observar os outros princípios da Administração Pública, de modo a respeitar os direitos e garantias constitucionais dos cidadãos.
- b) O controle dos atos administrativos possibilita investigar se a Administração Pública vem atuando em conformidade com os princípios constitucionais.
- c) De acordo com o artigo 74 da Constituição e com a própria natureza da legitimação democrática, apenas o Poder Legislativo possui prerrogativa de realizar controle de seus próprios atos, na medida em que seus membros são eleitos pelo voto popular. ✓
- d) As agências reguladoras foram criadas com o objetivo de regular atividades econômicas prioritárias.
- e) Litígios que envolvam a administração pública poderão vir a ser apreciados por juízes e tribunais do Judiciário em razão do monopólio da jurisdição pelo Poder Judiciário.